



Número: **0601002-78.2022.6.00.0000**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Corregedor-Geral Eleitoral Ministro Benedito Gonçalves**

Última distribuição : **10/09/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Cargo - Presidente da República, Cargo - Vice-Presidente da República, Abuso - De Poder Econômico, Abuso - De Poder Político/Autoridade, Abuso - Uso Indevido de Meio de Comunicação Social**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (REPRESENTANTE)	FERNANDA BERNARDELLI MARQUES (ADVOGADO) GUILHERME QUEIROZ GONCALVES (ADVOGADO) EDUARDA PORTELLA QUEVEDO (ADVOGADO) VICTOR LUGAN RIZZON CHEN (ADVOGADO) MARIA DE LOURDES LOPES (ADVOGADO) VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS (ADVOGADO) CRISTIANO ZANIN MARTINS (ADVOGADO) MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA (ADVOGADO) MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES (ADVOGADO) MARCELO WINCH SCHMIDT (ADVOGADO) ANGELO LONGO FERRARO (ADVOGADO) EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (ADVOGADO) GEAN CARLOS FERREIRA DE MOURA AGUIAR (ADVOGADO)
JAIR MESSIAS BOLSONARO (REPRESENTADO)	
WALTER SOUZA BRAGA NETTO (REPRESENTADO)	
ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURAO (REPRESENTADO)	
FABIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA (REPRESENTADO)	
ANDRE DE SOUSA COSTA (REPRESENTADO)	
KESIA NASCIMENTO FERREIRA (REPRESENTADA)	
SILAS LIMA MALAFAIA (REPRESENTADO)	
LUCIANO HANG (REPRESENTADO)	
JULIO AUGUSTO GOMES NUNES (REPRESENTADO)	
ANTONIO GALVAN (REPRESENTADO)	
JOAO ANTONIO FRANCIOSI (REPRESENTADO)	
VANDERLEI SECCO (REPRESENTADO)	
RENATO RIBEIRO DOS SANTOS (REPRESENTADO)	
VICTOR CEZAR PRIORI (REPRESENTADO)	
JACO ISIDORO ROTTA (REPRESENTADO)	
LUIZ WALKER (REPRESENTADO)	

MARCOS KOURY BARRETO (REPRESENTADO)	
GILSON LARI TRENNEPOHL (REPRESENTADO)	
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15805 8596	13/09/2022 12:30	<a href="#">2022 - PETIÇÃO DE SANEAMENTO - AIJE - 7 DE SETEMBRO</a>	Petição de Habilitação



VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
DD. CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

***AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL Nº 0601002-78.2022.6.00.0000***

*RELATOR: Ministro Corregedor Benedito Gonçalves*

*AUTOR: Coligação Brasil da Esperança*

*RÉUS: Jair Messias Bolsonaro, Walter de Souza Braga Netto, Antônio Hamilton Martins Mourão, Fábio Salustino Mesquita de Faria, André de Souza Costa, Kesia Nascimento Ferreira, Silas Lima Malafaia, Luciano Hang, Júlio Augusto Gomes Nunes, Antônio Galvan, João Antônio Franciosi, Gilson Lari Trennepohl, Vanderlei Secco, Victor Priori, Renato Ribeiro dos Santos, Jacó Isidoro Rotta, Luiz Walker e Marcos Koury Barreto.*

**JAIR MESSIAS BOLSONARO e WALTER DE SOUZA BRAGA NETTO**, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, vêm à ilustre presença de V. Exa., com o respeito e acatamento devidos, por intermédio de seus advogados (Procurações em anexo), expor e requerer o que segue:

**I. SÍNTESE PROCESSUAL**

1. Cuida-se de Ação de Investigação Judicial (AIJE) por suposta prática de abuso de poder político, econômico e uso indevido dos meios de comunicação. De acordo com a peça vestibular, “*as condutas impugnadas foram praticadas pelos investigados no contexto dos eventos realizados para celebração do bicentenário da independência da república Federativa do Brasil, no dia 7 de setembro de 2022*”.

2. Sob a óptica da acusação, “*ao contrário da postura de Chefe do Estado brasileiro que lhe caberia, Jair Bolsonaro, com o apoio dos demais investigados, valen-se do momento como palco de comício eleitoral em benefício de sua candidatura – inclusive, deve-se dizer, custeado por verbas do estado destinadas ao ato, cuja finalidade foi deturpada pelos investigados*”.

SHIS QI 15 Conj. 11, Casa 6 - 71635-310  
Lago Sul - Brasília/DF - (61) 3964-3751 - secretaria@lvc.adv.br





**VIEIRA DE CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

3. Em virtude de tais fatos, o Requerente postulou, liminarmente, a **censura** dos vídeos do evento (especialmente das redes do Presidente da República e do **canal da TV Brasil**), bem como “*ao final das investigações e processamento, seja julgada procedente a presente ação para aplicação das sanções previstas no art. 22, inciso XIV, da Lei Complementar 64/1990 aos investigados e quantos mais tenham contribuído para os atos abusivos*”.

4. Na noite de sábado p.p. (10/09/2022), o Exmo. Min. Corregedor-Geral do C. TSE, sem oitiva da parte contrária, deferiu parcialmente a medida liminar, nos seguintes termos, *verbis*:

Assentada a plausibilidade do direito em decorrência do potencial favorecimento da campanha do candidato à reeleição pelo vídeo veiculado no canal de YouTube da TV Brasil e pela utilização de imagens oficiais em sua propaganda eleitoral, conclui-se também pela urgência da adoção de medidas que evitem ou mitiguem dano ao processo eleitoral. Na hipótese, é indispensável a concessão de tutela inibitória que faça cessar os impactos anti-isonômicos da cobertura do Bicentenário da Independência e do aproveitamento de imagens oficiais pela campanha do primeiro e do segundo réus.

Desse modo, defiro parcialmente o requerimento liminar, para conceder a tutela inibitória antecipada e determinar:

a) seja intimada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para que: a.1) edite o vídeo constante do canal de YouTube da TV Brasil, URL [https://www.youtube.com/watch?v=\\_w6dF5MosV0](https://www.youtube.com/watch?v=_w6dF5MosV0), excluindo-se os trechos entre 17min07seg e 23min28seg; 3h40min24seg e 3h41min24seg; e 3h44min18seg e 3h44min32seg;

a.2) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e até que concluída a edição, suspenda a veiculação do vídeo citado, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, devendo diligenciar pela preservação do conteúdo até decisão final neste processo;

b) sejam intimados os candidatos Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Neto para, no prazo de 24 horas, cessar a veiculação de todo e qualquer material de propaganda eleitoral, em todos os meios, que utilizem imagens do Presidente da República capturadas durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, devendo ainda se abster de produzir novos materiais que explorem as citadas imagens.

5. Os Requeridos, ora petionários, foram intimados do teor da r. decisão e da inicial na data de ontem (11/09/2022), via WhatsApp.





**VIEIRA DE CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

6. Sempre com o máximo respeito e acatamento devidos, em que pesem os esforços empreendidos na inicial e a arquitetura cirúrgica da r. decisão liminar (que busca preservar o interesse público na cobertura do evento, realizada pela TV Brasil), é a presente petição para carrear aos autos, à moda de singela contribuição para fins de debate judicial mais verticalizado, elementos factuais e jurídicos tidos por relevantes, para o melhor equacionamento da espécie, sobretudo por ocasião da submissão da *questio* ao elevado descortino do Plenário, para fins de referendo (ou não!) do respeitável aludido *decisum* monocrático.

## II. PRELIMINARMENTE

### II.1. DA NECESSÁRIA INTIMAÇÃO PESSOAL EM AÇÕES DE CASSAÇÃO DE MANDATO. CIÊNCIA ESPONTÂNEA DOS REQUERIDOS.

7. O que primeiro se destaca é o equívoco adotado, pela Secretaria Judiciária do Col. TSE, para intimação dos Requeridos via *WhatsApp* uma vez que, *ex vi* do disposto no art. 11, §2º, da RES. TSE. 23.608/2019, os mecanismos céleres e informais de cientificação não se prestam às ações que possuem o condão de cassar mandatos, *verbis*:

*§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica às representações submetidas ao procedimento do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, nas quais a citação observará exclusivamente o disposto no Código de Processo Civil.<sup>1</sup>*

8. Realmente, se se trata de ação com potencialidade de cercar direitos fundamentais de primeira geração, como são os de natureza política (art. 14 e ss. da CF/88), certamente a citação formal, válida e eficaz, é medida essencial que se impõe para a validade do processo.

---

<sup>1</sup> Cf. Art. 11. No período de 15 de agosto a 19 de dezembro do ano em que se realizarem as eleições, nos processos relacionados às respectivas eleições, a citação será realizada, independentemente da data de autuação do feito: I - quando dirigida a candidata, candidato, partido político, federação de partidos, coligação ou pessoa indicada no art. 10 desta Resolução, por mensagem instantânea e, frustrada esta, sucessivamente por e-mail, por correspondência e pelos demais meios previstos no Código de Processo Civil.

II - quando dirigida a pessoa diversa das indicadas no inciso I deste artigo, no endereço físico indicado pela autora ou pelo autor, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil. § 1º Aplica-se ao inciso I deste artigo o disposto no art. 12, § 2º, II e III e §§ 3º a 5º, desta Resolução.





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

9. Complementar e convergentemente, o art. 13, §6º, da já mencionada RES. TSE. 23.608/2019 dispõe, em diretriz procedimental cristalina, que **os poderes de procuração arquivada junto a este Tribunal se prestam somente para ações fundadas no art. 96 da Lei das Eleições**<sup>2</sup>.

10. Deveras, uma disposição que serve como medida de colaboração entre o jurisdicionado e a Justiça Eleitoral, para atribuir maior celeridade e transparência nas ações fundadas no art. 96 da Lei das Eleições, não pode ser usada como ferramenta de *lawfare*.

11. Mas não é só!

12. **Por ocasião da liminar concedida nos autos da Investigação Judicial nº 0600814-85.2022.6.00.0000 (Rel. Exmo. Min. Mauro Campbell Marques), que determinou remoção de conteúdo veiculado na TV Brasil relativa a evento lícito promovido pelo Requerido Jair Messias Bolsonaro com embaixadores, a intimação dos Representados foi pessoal, não havendo qualquer razão para tratamento diverso no presente caso.**

13. Requer-se, assim, à moda de chamamento do feito à ordem, sem prejuízo da apuração administrativa do fato e de eventual responsabilização dos agentes, com o conveniente aperfeiçoamento das rotinas cartorárias judiciárias, seja considerada a presente manifestação escrita como “ciência inequívoca”, ou seja, como ato formal e válido de cientificação dos Investigados acerca do processo, haja vista a imprestabilidade jurídica da citação datada de 11.9.2022.

14. Requer-se, ainda, com vistas a evitar eventuais nulidades e promover o bom andamento do feito, que se determine a (adequada) intimação pessoal dos demais Investigados.

---

<sup>2</sup> Cf. Art. 13. É facultado a candidatas, candidatos, partidos políticos, federações de partidos, coligações, emissoras de rádio e televisão, provedores de aplicações de internet, demais veículos de comunicação e empresas e entidades realizadoras de pesquisas eleitorais requerer o arquivamento, em meio eletrônico, na instância de origem, de procuração outorgada a suas advogadas e seus advogados, com poderes gerais para o foro e para receber citações ( Lei nº 9.504 /1997, art. 6º-A e Lei nº 9.096/1995, art. 11-A, caput e § 8º). § 1º A faculdade a que se refere o caput deste artigo é aplicável apenas para fins de representação judicial da (do) outorgante nas representações fundadas no art. 96 da Lei nº 9.504/1997, nas reclamações e nos pedidos de direito de resposta.





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

## II.2. DECISÃO LIMINAR.

- CUMPRIMENTO IMEDIATO DA MEDIDA LIMINAR PELOS REQUERIDOS.
- REMOÇÃO DAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS ELEITORAIS COM COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS OFICIAIS RECOLHIDAS NO EVENTO DO DIA 7 DE SETEMBRO.
- NECESSÁRIA DIFERENCIAÇÃO, PARA FINS DE INTELIGIBILIDADE JURÍDICA DO *DECISUM* MONOCRÁTICO, ENTRE IMAGENS OFICIAIS (LIGADAS AO DESFILE DO DIA 7 DE SETEMBRO - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA), E IMAGENS CAPTADAS APÓS E/OU AO LARGO DO EVENTO OFICIAL, À GUISA DE ATOS TÍPICOS LÍCITOS DE CAMPANHA ELEITORAL.
- CISÃO DE FASES: BOLSONARO-PRESIDENTE VS. BOLSONARO-CANDIDATO.

15. O Requerente formulou pedido liminar amplo, sem qualquer delimitação racional, nos seguintes termos: “*que o Investigado Jair Messias Bolsonaro se abstenha de promover ou utilizar na sua campanha eleitoral quaisquer materiais gráficos, fotografias ou vídeos, produzidos por ele ou por terceiros, dos atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 7 de setembro de 2022, haja vista serem objeto de investigação de abuso de poder político, econômico e de uso indevido dos meios de comunicação por este c. TSE*”.

16. O Em. Relator, com a habitual presteza, deferiu parcialmente a medida liminar requestada na inicial, **às 22:50 do dia 11 de setembro (sábado)**, entendendo, em juízo perfunctório, próprio das tutelas de urgência, que teria havido a aparente utilização irregular de imagens oficiais dos eventos na propaganda eleitoral. Daí a ordem judicial correlata para que, *verbis*:

(a) **Fossem readequados os conteúdos disponibilizados pela TV Brasil, verbis:** “*seja intimada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para que edite o vídeo constante do canal de YouTube da TV Brasil, URL (...) excluindo-se os trechos entre 17min07seg e 23min28seg; 3b40min24seg e 3b41min24seg; e 3b44min18seg e 3b44min32seg*”;

(b) **Fosse proibida a utilização da imagem pessoal do Requeridos captadas durante os eventos de Brasília e Rio de Janeiro, verbis:** “*cessar a veiculação de todo e qualquer material de propaganda eleitoral, em todos os meios, que utilizem imagens do Presidente da República capturadas durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022*”

SHIS QI 15 Conj. 11, Casa 6 - 71635-310  
Lago Sul - Brasília/DF - (61) 3964-3751 - secretaria@lvc.adv.br





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

17. Os Investigados, como já referido alhures, foram notificados por este C. TSE via *WhatsApp* somente às 21:15h do dia 11 de setembro (domingo).

18. Contudo, por respeito institucional a este C. Tribunal, os Investigados, laborando com máxima boa-fé processual, providenciaram *incontinenti* a exclusão da grade de propagandas das peças publicitárias que empregavam, por qualquer forma, imagens relativas aos atos ocorridos no dia 7 de setembro de 2022. É dizer: foi adotada medida saneadora ampla! Independentemente da (i) natureza jurídica das imagens (se relativas à fase oficial do evento, com Bolsonaro enquanto Presidente da República, ou alusivas à etapa privada daquela jornada diária, com Bolsonaro enquanto candidato à reeleição) e pouco importando se (ii) as imagens foram capturadas não só em Brasília ou Rio, mas também em São Paulo, Curitiba, Campo Grande e Porto Alegre.

19. O cumprimento **expandido** e **espontâneo** da liminar – anterior ao recebimento da intimação (frise-se!) – acabou por implicar vigorosa remoção de conteúdos publicitários privados, típicos de campanhas eleitorais de magnitude nacional, que **não foram** capturados no íterim dos eventos oficiais e que **não foram captados** com aparato da TV Brasil, havidos após o encerramento formal e material dos desfiles e até mesmo, notadamente, daquelas imagens e sons cedidos por pessoas comuns e pela empresa responsável pelo *marketing* político dos Investigados.

20. Assim, como faz prova o anexo e-mail exemplificativo, **os Investigados dispunham de uma inserção em rede de televisão**, que seria veiculada no domingo à noite (bloco 3), contendo cenas dos atos ocorridos anteriormente, **mas optaram, em postura respeitosa e leal, pela não veiculação**.

21. A expedita comunicação com as emissoras ocorreu às 13:55 do 11.9, antes mesmo, repita-se, da comunicação oficial deste C. TSE para fins de cumprimento da liminar.

22. Igualmente, **com relação à internet, os Requeridos já providenciaram** – também antes do recebimento da mensagem deste C. TSE – **a remoção de todo e qualquer conteúdo propagandístico com cenas compartilhadas relativas aos atos de 7 de setembro**.





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

23. Não obstante isso, calha esclarecer que, desde sempre e especialmente no dia 7 de setembro p.p., os Investigados fizeram clara diferenciação, com bordas cirúrgicas limpas, entre os atos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência e as **suas participações políticas em manifestações espontâneas paralelas, que tradicionalmente ocupam as ruas, pelo menos desde junho de 2013, como se reconhece na própria petição inicial,** nomeadamente nos parágrafos 75 e 92, *verbis*:

**Com o término do desfile,** o Bolsonaro se dirigiu ao trio elétrico custeado pelos empresários Investigados para realizar o discurso pelo qual pediu votos no dia 2 de outubro, atacou opositores – incluindo-se o candidato pela Coligação Representante – e dirigiu-se exclusivamente a seus eleitores ao trazer assuntos como descriminalização do aborto, das drogas, “ideologia de gênero” e Supremo Tribunal Federal.

Há que se ressaltar que, **tal como em Brasília/DF, a estrutura utilizada por Bolsonaro não foi custeada por sua campanha,** mas, sim, pelo investigado Silas Malafaia, conforme amplamente divulgado na imprensa.

24. A opção pela remoção de todas as publicidades eleitorais, mesmo daquelas não relativas à fase pública e oficial das comemorações do Bicentenário da Independência – e que poderiam ser utilizadas *por força* do teor literal da r. decisão liminar -, **busca, em postura contributiva, ensejar debate franco, aberto e desinibido, em Plenário, para a conveniente e oportuna fixação de balizas comportamentais seguras e obsequiosas dos valores tutelados pelas normas de regência dos prélios eleitorais, alvejando premissas factuais e jurídicas eclipsadas na petição inicial e na r. decisão liminar,** data vênia, quais sejam:

- (a) a possibilidade da utilização de imagens relativas aos atos não oficiais, consistentes em manifestações civis, ocorridas após o encerramento formal do desfile cívico-militar, quando não geradas/captadas pela TV Brasil ou outra emissora pública;
- (b) a possibilidade da utilização de gravações realizadas por terceiros, que não contenham imagens dos Representados, das manifestações ocorridas em outras cidades, ainda que na mesma data;

SHIS QI 15 Conj. 11, Casa 6 - 71635-310  
Lago Sul - Brasília/DF - (61) 3964-3751 - secretaria@lvc.adv.br





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

(c) a possibilidade da utilização de gravações realizadas por terceiros, que não contenham imagens nem tenham sido produzidas pelos Investigados, das manifestações ocorridas em Brasília e Rio de Janeiro após o encerramento das atividades oficiais.

25. Longe de consubstanciarem filigranas jurídicas diante de todo o contexto narrado na inicial, as questões (pontos duvidosos!) acima reveladas merecem, sim, vertical aferição do Plenário do Eg. TSE, porque estão em jogo valores constitucionais de elevada envergadura, ligados à liberdade de expressão e de manifestação política (art. 5º, inc. IV e IX c.c. art. 220 da CF/88).

26. A fixação de métricas comportamentais que tais - notadamente para Presidente da República, em contexto constitucionalmente assegurado de reeleição, sem necessidade de desincompatibilização -, se entremostra ainda mais necessária, relevante, sofisticada e desafiadora.

27. **Deveras, em 7 de setembro, o primeiro investigado migrou, ao longo da jornada diária, fática e juridicamente, da condição de Presidente da República para a condição de candidato à reeleição. Bolsonaro era e continua sendo (i) Presidente da República e (ii) candidato à reeleição. E naquele feriado (quarta-feira), comemorava-se o Bicentenário da Independência, sim, mas também era dia típico destinado a campanhas eleitorais, dele e dos demais candidatos, notadamente pela galopante proximidade da data fixada para o primeiro turno das eleições.**

28. A chave hermenêutica para a solução da *quaestio* está no vigoroso e disciplinado isolamento dos atos praticados ao longo do dia. E assim foi feito, com método e racionalidade! Diferentemente do quanto articulado na inicial, não houve usurpação ilegal, para fins eleitorais, das comemorações do Bicentenário da Independência. As comemorações do evento cívico, de importância histórica, ocorreram de forma naturalmente aberta e institucional, com a presença de autoridades e convidados no palco oficial. Ocorreram desfiles e comemorações majoritariamente militares, de forma protocolar. **E não foram produzidos e empreendidos, nesta fase, discursos e comportamentos político-eleitorais típicos de campanhas!**

SHIS QI 15 Conj. 11, Casa 6 - 71635-310  
Lago Sul - Brasília/DF - (61) 3964-3751 - secretaria@lvc.adv.br





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

29. Apenas após o encerramento da agenda oficial – com o término factual e jurídico do desfile, é que o primeiro Investigado, **já sem a faixa presidencial**, se deslocou a pé na direção do público e discursou, na condição de candidato. Da mesma forma que outros candidatos poderiam ter feito, naquele exato momento e ao longo de todo o dia!

30. Se, nesta etapa da jornada, abraçou espectadores e subiu em trios elétricos **alugados por terceiros**, nada fez de irregular. Se externou seus ideais políticos, com a verve própria, para pessoas que se mostraram eleitoralmente interessadas, nada fez de irregular. Se encontrou eco em potenciais eleitores que permaneceram, voluntariamente, nas vias públicas (bens de uso comum do povo!) após o encerramento do desfile, nada fez de irregular. Encerradas as comemorações oficiais, Bolsonaro readquiriu a condição jurídica, constitucional e legalmente assegurada, de **simples candidato** ao cargo de Presidente nas eleições de outubro.

31. Preconceitos de lado em relação ao instituto da reeleição, sem necessidade de desincompatibilização, fato é que a realidade determinou as práticas e comportamentos levados a efeito pelo primeiro Investigado no dia 7 de setembro próximo passado.

32. Era inexigível de Bolsonaro conduta jurídica diversa!

33. É necessário reconhecer que a condição de candidato à reeleição não esvazia o exercício da Presidência da República por Jair Messias Bolsonaro até o fim de dezembro de 2022. **E a condição de Presidente da República não pode dilacerar a sua condição de candidato.**

34. O ponto saliente, a ser inadiavelmente equacionado pelo Col. TSE, pois, diz com a precisa delimitação das respectivas posturas comportamentais ao longo daquele dia e de quase todos os dias do ano em curso, sendo certo que eventual censura judicial, para ser razoável e proporcional, deve recair sobre condutas vedadas e/ou manifestos abusos de poder com emprego de meios fraudulentos, ausentes na espécie.

35. Isso não se confunde, por certo, com a realização/participação passiva e acidental em evento político, no âmbito do qual se comportou, goste-se ou não, com o máximo respeito à cisão indicada, em uníssono, pela equipe jurídica da campanha e pelo cerimonial da Presidência da República.

SHIS QI 15 Conj. 11, Casa 6 - 71635-310  
Lago Sul - Brasília/DF - (61) 3964-3751 - secretaria@lvc.adv.br





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

36. Nos termos do quanto já decidido pelo C. TSE, “*o abuso de poder reclama, para a sua configuração, uma análise pelo critério qualitativo, materializado em evidências e indícios concretos **de que se procedera ao aviltamento da vontade livre, autônoma e independente do cidadão-eleitor** de escolher os seus representantes, sem prejuízo da análise de um critério quantitativo, condizente **com a potencialidade para influenciar diretamente no resultado das urnas**”<sup>3</sup>.*

37. Sem pretensão de adentrar à defesa (exauriente) de mérito, a ser apresentada em momento próprio, a presente manifestação ambiciona indicar seja chamado o feito à ordem para que se diferenciem, para fins de incidência das normas eleitorais proibitivas cogitadas, circunstâncias, momentos e os locais das ocorrências narradas pela inicial.

38. Pergunta-se: Há diferenciação jurídica nas imagens capturadas das multidões de São Paulo e de Brasília? E nas imagens das multidões que foram às ruas em Belo Horizonte ou Rio de Janeiro?

39. Por certo que há um desvalor na utilização de aparato público oficial, custeado pelo erário, em prol de campanhas eleitorais, mas **disso não se trata!** Não foi isso o que aconteceu!

40. Também não se desconhece ou se desprezita inúmeras matérias jornalísticas, versões, interpretações e a enorme repercussão negativa que a imprensa deu ao evento do Sete de Setembro. Contudo, sabe-se bem, a construção do discurso jornalístico é bem diversa da arquitetura da legítima cognição judicial.

41. Ainda que **o bom juiz e o bom jornalista** lidem com fatos da realidade fenomênica, **é** a interpretação desses fatos e a sua qualificação jurídica, como “*matéria de interesse público*” ou “*provas judiciais*”, que separam o escrutínio técnico dos dois profissionais.

---

<sup>3</sup> Cf. Ação Cautelar nº 59624, Acórdão, Relator(a) Min. Luiz Fux, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 107, Data 02/06/2017, Página 37/40.

No mesmo sentido: “No mérito, é sabido que para se caracterizar o abuso de poder, impõe-se a comprovação, de forma segura, da gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo). A mensuração dos reflexos eleitorais da conduta, não obstante deva continuar a ser ponderada pelo julgador, não constitui mais fator determinante para a ocorrência do abuso de poder, agora revelado, substancialmente, pelo desvalor do comportamento. (AIJE nº 0601779-05/DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, de 11.3.2021).





**VIEIRA DE CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

42. Não por outra razão, este C. TSE já assentou que “*notícias extraídas de jornais e opiniões emitidas por profissionais da imprensa não comprovam que autoridades governamentais estejam praticando atos de ofício, com desvio ou abuso de autoridade em benefício de candidato, sendo insuficientes, no caso concreto, para a abertura da investigação judicial*”<sup>4</sup>.

43. Inclusive, ao decidir sobre a tutela cautelar requerida pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, que buscava instruir ação correlata à presente, o Exmo. Min. Raul Araújo entendeu que simples matérias jornalísticas não são evidências suficientes para o desate de investigações que tais (V. Pet. 0600958-59.6.00.0000, j. 7.9.2022).

44. E como decidido pelo C. TSE, processos que tais, de investigação judicial eleitoral, demandam não apenas indícios e ilações, mas sim provas seguras para sua procedência, *verbis*:

(...) é sabido que para se caracterizar o abuso de poder, impõe-se a comprovação, de forma segura, da gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo). A mensuração dos reflexos eleitorais da conduta, não obstante deva continuar a ser ponderada pelo julgador, não constitui mais fator determinante para a ocorrência do abuso de poder, agora revelado, substancialmente, pelo desvalor do comportamento.

(...) Emanando todo o poder do povo, compete à Justiça Eleitoral proteger a vontade popular, e não, substituí-la, razão pela qual a cassação de mandatos deve ser sempre precedida de minuciosas apuração e comprovação. Na verdade, sua incidência somente deverá ocorrer quando, dadas a gravidade e a lesividade das condutas, a legitimidade do pleito tenha sido tão afetada que outra solução menos gravosa não teria o condão de restabelecê-la. (AIJE nº 0601779-05/DF, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 11.3.2021).

45. Basicamente, o Representante se fia na simples existência de uma inserção de televisão em que o Investigado Jair Bolsonaro aparece, pelo tempo exato de 2<sup>o</sup> (dois segundos), com a faixa presidencial, no evento de Sete de Setembro.

---

<sup>4</sup> Representação nº 1283, Acórdão, Relator(a) Min. Cesar Asfor Rocha, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 18/12/2006, Página 186





**VIEIRA DE CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

46. Todavia, não se pode concordar com a tese segundo a qual essa simples imagem teria o condão de desequilibrar as eleições, como já decidido pelo C. TSE na Representação nº 329675, Rel. Min. Herman Benjamin, Dj. 21/11/2017<sup>5</sup>.

47. Imagens como essas (focadas nos candidatos, em populares presentes nos eventos ou da própria multidão), desde que realizadas após o encerramento das atividades oficiais, podem ser facilmente capturadas por qualquer candidato, sem nenhuma distinção de partido, bastando que se dispusessem a estar próximos de suas bases políticas na data cívica. Reitere-se: desde 2013, as ruas não têm uma única coloração política. Não são só movimentos sociais e os partidos da tradicional esquerda que movimentam as massas. Não!

48. Considerando-se a fundamentação da r. decisão liminar – especialmente quanto à função preventiva das AIJEs, de se evitar danos ao processo eleitoral que se soma à obrigação do Estado Juiz de se pautar com a mínima intervenção no debate político-democrático –, requer-se, por medida de justiça, sejam pontuadas as limitações e a juridicidade da atuação dos Investigados em sua propaganda eleitoral, atestando-se a possibilidade de utilização de imagens não oficiais, recolhidas após o encerramento das festividades cívicas em Brasília e em outras praças (*v.g.* São Paulo), captadas com meios próprios<sup>6</sup>, sem os selos da Presidência da República e do Presidente da República.

49. É o que se espera em meio ao julgamento de referendo da r. parcial liminar monocrática concedida, sem a oitiva da parte contrária, pelo Em. Corregedor-Geral.

---

<sup>5</sup> Cf. “Na cena impugnada, cuja duração é de apenas sete segundos, Lula não emite palavras e limita-se a se aproximar de uma das janelas do Palácio da Alvorada, ao som de acordes musicais. Ressalte-se que o representado era, à época, Presidente do Brasil e a curtíssima cena o mostra em seu local de trabalho, sem qualquer participação da candidata Dilma Rousseff. 12. Segue-se narrativa do locutor do programa: “a maior eleição da história do Brasil. O presidente eleito do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva. Senhor Luiz Inácio Lula da Silva”, e, a posteriori, música com temática de despedida do mandato e ênfase ao apoio à representada Dilma Rousseff. 13. A partir desse quadro probatório, não se vislumbra uso da coisa pública em favor da candidata, isto é, na acepção própria do termo, emprego real e efetivo de bens públicos móveis ou imóveis para se realizarem atos de campanha. (...)”

<sup>6</sup> Cf. trecho da r. decisão liminar: “O exercício dessa competência deve se pautar pela mínima intervenção, atuando de forma pontual para conter a propagação e amplificação de efeitos potencialmente danosos. A fim de que essa finalidade preventiva possa ser atingida, a análise da gravidade, para a concessão da tutela inibitória, orienta-se pela preservação do equilíbrio da disputa ainda em curso.”





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

### II.3. NECESSÁRIA APLICAÇÃO DO ART. 96-B DA LEI DAS ELEIÇÕES E UNIFICAÇÃO DE AÇÕES CORRELATAS.

50. Por fim, os Investigados não olvidam da existência de diversas ações sobre o mesmo fato – realização dos eventos oficiais do Sete de Setembro com alegado proveito eleitoral irregular -, o que impõe a forçosa aplicação do disposto no art. 96-B, da Lei das Eleições, como forma de otimização dos trabalhos da Justiça Eleitoral, com a unificação da produção probatória e estabelecimento de um rito único a ser observado pelos litigantes<sup>7</sup>.

51. Os Investigados fizeram simples pesquisa no sistema PJE e perceberam a existência de pelo menos duas outras investigações judiciais (AIJEs) com similar causa de pedir e idêntico pedido de aplicação exclusiva das penas do art. 22 da LC 64/90.

52. Veja-se o quadro resumo dos processos **distribuídos por prevenção para o Em. Corregedor-Geral:**

Processo	Representante	Andamento
0600984-57.2022.6.00.0000	Soraya Thronicke	Deferida em 11.set liminar de igual a exarada nestes autos
0600972-43.2022.6.00.0000	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Determinada a manifestação dos Representantes

<sup>7</sup> Cf. **Art. 96-B**. Serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira.

§ 1º O ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político não impede ação do Ministério Público no mesmo sentido.

§ 2º Se proposta ação sobre o mesmo fato apreciado em outra cuja decisão ainda não transitou em julgado, será ela apensada ao processo anterior na instância em que ele se encontrar, figurando a parte como litisconsorte no feito principal.

§ 3º Se proposta ação sobre o mesmo fato apreciado em outra cuja decisão já tenha transitado em julgado, não será ela conhecida pelo juiz, ressalvada a apresentação de outras ou novas provas.





VIEIRA DE CARVALHO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

53. Igualmente, **com fundamento nesses mesmos fatos**, este C. TSE já recebeu duas ações, autuadas erroneamente como “representações”, cujo fundamento jurídico (causa de pedir remota) consiste em aplicação do art. 73 da Lei das Eleições. Eis um quadro resumo de ambos os feitos (**que aguardam decisão liminar dos seus Relatores**):

Processo	Representante	Relatoria
0600984-57.2022.6.00.0000	Soraya Thronicke	Min. Paulo de Tarso Sanseverino
0600991-49.2022.6.00.0000	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Min. Carmen Lúcia

54. Não se pode olvidar, nesse particular, que a legitimidade para ações eleitorais é de natureza extraordinária, de modo que a Requerente Coligação Brasil da Esperança não busca tutelar um direito (inexistel) próprio, mas sim um interesse coletivo na lisura e transparência do processo eleitoral.

55. Portanto, sua atuação processual está amparada pela mesma base jurídica dos demais legitimados ativos (art. 18 NCPC), não havendo fundadas razões para a diferenciação dos processos e sendo de todo recomendável a unificação proposta, até para que não haja decisões contraditórias nos planos fático e jurídico.

56. Ademais, o rito e a competência de todas essas ações referidas (a despeito da errônea distribuição) são os mesmos:

Art. 44. As representações que tenham por causa de pedir as hipóteses previstas nos arts. 23, 30-A, 41-A, 45, VI, **73, 74, 75 e 77 da Lei nº 9.504/1997** observarão o procedimento do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 e, supletiva e subsidiariamente, o Código de Processo Civil. (RES. TSE. 23.608/2019)

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, **diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional**, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito (Lei Complementar 644/90).

SHIS QI 15 Conj. 11, Casa 6 - 71635-310  
Lago Sul - Brasília/DF - (61) 3964-3751 - secretaria@lvc.adv.br





**VIEIRA DE CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

57. Por tais fundamentos, requer-se, ainda com vistas a sanear o regular prosseguimento do feito, seja aplicada a hipótese do art. 96-B da Lei das Eleições, unificando-se os processos acima indicados para apresentação de defesa única, evitando-se a realização de inúmeros atos probatórios com vistas a correta e visceral elucidação dos mesmos fatos.

### III. DO PEDIDO

58. *Ex positis*, requer-se:

- a) inicialmente, seja considerada a presente manifestação como o ato formal e válido de cientificação dos Representados acerca do processo, com devolução de prazo para defesa, haja vista a imprestabilidade jurídica da citação datada de 11.9.2022, via WhatsApp;
- b) Requer-se, outrossim, com vistas a evitar eventuais nulidades processuais e promover o bom andamento do feito, sejam determinadas e/ou refeitas as intimações pessoais dos demais investigados, para apresentação de defesa técnica;
- c) Considerada a fundamentação da r. decisão liminar, quanto à função preventiva das Investigações Judiciais Eleitorais - AIJEs de evitar danos ao processo eleitoral que se soma à obrigação do Estado Juiz de se pautar com a mínima intervenção, requer-se sejam devidamente pontuadas as limitações e a juridicidade da atuação dos Investigados em sua propaganda eleitoral, com a utilização de imagens recolhidas após o encerramento do desfile de 7 de setembro (fase não oficial) em Brasília e em outras praças, captadas com meios próprios, e sem alusão a Bolsonaro enquanto Presidente da República;

SHIS QI 15 Conj. 11, Casa 6 - 71635-310  
Lago Sul - Brasília/DF - (61) 3964-3751 - secretaria@lvc.adv.br





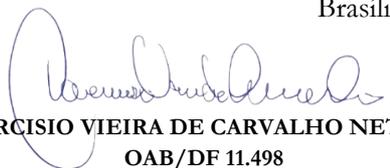
**VIEIRA DE CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

- d) Com vistas ao saneamento do feito, seja aplicada a hipótese do art. 96-B, da Lei das Eleições, unificando-se todos os processos que versem sobre os mesmos fatos, conforme indicado anteriormente, para apresentação de defesa única, evitando-se realização de inúmeros atos probatórios com vistas a elucidação de uma mesma questão jurídica.

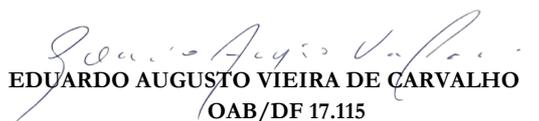
Em tempo, protesta pela juntada de procuração no prazo legal.

Nestes termos, pede-se e espera-se deferimento.

Brasília, 12 de setembro de 2022.



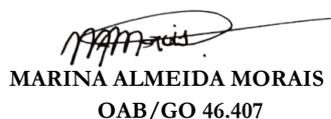
**TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO**  
OAB/DF 11.498



**EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO**  
OAB/DF 17.115



**ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO**  
OAB/DF 40.989



**MARINA ALMEIDA MORAIS**  
OAB/GO 46.407

